

# AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE: ESTUDO DE CASO EM COMUNIDADE DE MATO GROSSO

Graciela Cristina Oyamada, Benedito Dias Pereira, Gerson Rodrigues da Silva, Carlos Magno Mendes, Alexandre de Melo Faria

**Resumo:** Com base em dados amostrais, este trabalho discute a agricultura familiar em situação de pluriatividade, visando compreender como as unidades investigadas, localizadas na Comunidade Carrijo (Município de Poconé-MT), sem perder o caráter agrícola, se organizam nas tomadas de decisões relativas à composição da renda e relações de trabalho. Foram consideradas como importantes indicadores: a caracterização da mão-de-obra, o perfil das famílias, além da produção e da produtividade da renda e do trabalho. Verificou-se que nas unidades familiares pesquisadas a participação da renda agrícola e das rendas não-agrícolas (renda de aluguéis, de aposentadorias e de atividades não-agrícolas) na composição da renda total é de 29,47% e de 70,53%, respectivamente. Apesar dessa composição desigual, as atividades pluriativas foram consideradas desprezíveis na Comunidade investigada.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, pluriatividade e rendas agrícolas.

## 1. Introdução

A evolução histórica do sistema de pequenas propriedades (agricultura familiar) contempla uma polarização sobre o desempenho desse modelo. Como ilustração, dentre outros estudiosos das questões agrárias, Karl Kautsky (1954/1938) apontou as dificuldades enfrentadas pelos pequenos proprietários com relação ao acesso ao crédito, comercialização dos bens produzidos, eficiência técnica produtiva, etc. Sua obra mais conhecida: “A Questão Agrária (1899/1980)”, contém vasto debate sobre o tema, em especial, a controvérsia entre Kraemer e Sering sobre a capacidade do camponês em se manter frente à expansão do capitalismo na agricultura. Ao se alinhar com a visão da escola marxista, Kautsky afirma que a agricultura familiar, ao interagir com o modo de produção capitalista, tenderia ao desaparecimento. Em contraponto à Escola Marxista, para a Escola Neoclássica, a interação entre o modo

de produção camponês e capitalista atua no sentido de fortalecer o camponato. Outrossim, nos dias atuais, é oportuno se argüir: as atividades pluriativas, praticadas pela agricultura familiar, estariam contribuindo para o fortalecimento (ou não-desintegração) do camponato?

Os temas e debates sobre as atividades pluriativas na agricultura familiar ainda são recentes e vêm ganhando espaço nos projetos e trabalhos científicos que focam as novas perspectivas de desempenho econômico da agricultura e nas estratégias de reprodução das unidades familiares. Essa forma de atividade praticada fora do domicílio rural vem sendo denominada de pluriatividade. Em linhas gerais, elas abrigam situações em que os indivíduos nelas insertos implementam atividades econômicas não diretamente associadas ao cultivo da terra, ou seja, não exclusivamente agrícolas. De acordo com essa lógica, como resultado de estudos sobre a agricultura familiar e da sua importância teórica e empírica, foram detectadas diversas mudanças no espaço rural, dentre elas, a prática de atividades não-agrícolas desenvolvidas dentro ou fora do domicílio rural, voltadas à complementação da renda e à reprodução socioeconômica das unidades familiares.

Este Artigo tem como propósito discutir a agricultura familiar em situação de pluriatividade, buscando-se compreender de que forma essas unidades se organizam na tomada de decisão e nas relações de trabalho, diante da necessidade de rendas complementares, sem, contudo, perder seu caráter agrícola. Logo, o objetivo geral deste estudo é identificar a importância da pluriatividade como mecanismo estratégico de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares. Para tanto, caracteriza-se a diversificação das fontes de renda e identifica-se a importância das atividades pluriativas na composição de renda dessas unidades.

Para se analisar atividades pluriativas na agricultura familiar foram coletados dados na Comunidade (Carrijo) localizada em Pocolândia (Estado de Mato Grosso). Nos últimos anos esse Município passou por intenso e efêmero processo de ocupação e povoamento, explicado, sobretudo, pela descoberta, expansão e declínio da exploração de ouro, que veio acompanhada de baixo nível de crescimento e desenvolvimen-

to econômico da economia regional, em particular, de atividades vinculadas à subsistência humana. Com o esgotamento do ouro aluvial, a população iniciou o processo de abandono do Município, nele permanecendo apenas as pessoas que se dedicaram à agricultura de subsistência e à pecuária extensiva.

Além dessa Introdução, o Artigo contém cinco outras partes. Na segunda, abordam-se elementos teóricos e conceituais da agricultura familiar no Brasil. A terceira contempla a noção de pluriatividade na agricultura. A quarta aborda a metodologia. Na quinta faz-se a discussão dos resultados. Na sexta parte constam as considerações finais.

## **2. Elementos Teóricos e Conceituais de Agricultura Familiar**

Karl Marx (1818-1883) dedicou uma parte de seu estudo ao papel da agricultura no capitalismo. De acordo com Abramovay (1992) não existe na obra marxiana nada que caracterize a produção familiar na agricultura, sua relevância e seu desempenho quanto ao desenvolvimento capitalista, ou seja, não há previsões quanto ao desaparecimento do campesinato e nem tampouco conceito de camponês. Além disso, essa categoria analítica não encontra posição de destaque na organização das leis que regem o desenvolvimento do capitalismo.

Em particular, tendo os diferentes graus de integração no mercado como principais referências da transformação do camponês em agricultor familiar e partindo do pressuposto de que o camponês também seria apenas o produtor da agricultura de subsistência, Abramovay (1992) caracteriza a evolução dos processos de transformação do capitalismo na agricultura citando dois pensadores da escola marxista: Karl Kautsky e Vladimir I. Lênin (1870-1924). As obras: "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia" (Lênin, 1899/1981) e "A Questão Agrária" (Kautsky, 1899/1980) explicam a exploração e a extinção do camponês sob a lógica da diferenciação social e da desintegração do campesinato. Destarte, esses trabalhos são essenciais para se entender a destruição do campesinato no processo de diferenciação. Ademais, a intensificação de diferentes formas de resistência por parte do campo-

nês em continuar com a produção familiar acontece não pela integração com o mercado, mas por reivindicações políticas contra o capital, por não promover o processo de recriação dessa categoria.

Por outro lado, com fundamentos em pressupostos da Escola Neoclássica, segundo Chayanov (1913/1994) *apud* Abramovay (1992), a economia camponesa deve ser considerada como sistema econômico próprio e não-capitalista, onde a unidade familiar concentra-se no trabalho dos próprios membros da família sem a utilização de trabalho assalariado ou de compra de força de trabalho por outros meios. Em sua teoria, aborda-se o conceito de equilíbrio entre trabalho e consumo e entre a satisfação das necessidades familiares e o trabalho penoso, pois cada família busca a produção que garante o básico para sua subsistência. Sob essa perspectiva, a família não eleva seu trabalho além do ponto em que o possível aumento na produção seja superado pelas dificuldades. O camponês desenvolve capacidade produtiva relacionando-a diretamente com a satisfação das necessidades da família: é a composição da família que determina os limites máximos e mínimos da atividade da unidade camponesa. O volume máximo é dado pela utilização total da força de trabalho familiar e o mínimo pela necessidade de aquisição de bens para manter a reprodução familiar: o ponto de equilíbrio ocorre quando a necessidade de consumo se iguala à penosidade do trabalho. Por sua vez, também considerando elementos neoclássicos, em seu modelo, Tepicht (1973) parte do movimento interno da unidade camponesa para se ajustar ao movimento geral de redução do valor.

### 3. A Noção de Pluriatividade na Agricultura

Segundo Schneider (2003), os termos *part-time farming* (agricultura em tempo parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade) a despeito de terem sido considerados sinônimos até a década de 1980, exibiam diferenças entre duas correntes de pensamento: de um lado o pensamento inglês, e de outro, o francês. No Brasil, o debate em torno do termo da pluriatividade é recente e, conquanto tenha despertado alguns estudos,

ainda é visto como fenômeno específico e isolado por alguns autores. Difundido na Europa na década de 1980, as discussões sobre o termo ganhou espaço no Brasil na década de 1990, como o projeto Rurbano, coordenado por José Graziano da Silva, realizado com o propósito de caracterizar os novos rumos da agricultura brasileira. Schneider (2001) entende a pluriatividade como uma estratégia de reprodução social em que nas unidades agrícolas, com base no trabalho familiar, a divisão social do trabalho não decorre exclusivamente da produção agrícola, mas também da busca por atividades não-agrícolas, de forma que essas unidades empreendem estratégias de subsistência para se afirmarem como forma social de organização do trabalho e de produção diversificada. Schneider (2003, p. 91-92) afirma que a pluriatividade é:

[...] um fenômeno através do qual, membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares. Interessa, pois, avaliar o significado econômico, o sentido sociocultural da consolidação da pluriatividade em famílias que residem no espaço rural e se integra em outras atividades ocupacionais, combinando-as com a atividade agrícola.

Por outro lado, para Alentejano (1999), a sazonalidade do trabalho agrícola permite a combinação de diversas atividades de modo que se possa aproveitar melhor o tempo e a capacidade produtiva do trabalho disponível na unidade familiar. Ainda segundo o autor, a pluriatividade permite que através do caráter familiar da unidade agrícola parte dos membros se ocupe de atividades exclusivamente agrícolas e a outra parte de atividades não-agrícolas. Por conseguinte, para se entender a complexidade das relações sociais inerente a esse processo é mister se estudar a pluriatividade a partir do modo como ela é exercida pelos próprios agricultores familiares, aprofundando-se no ambiente intrafamiliar para se conhecer melhor os mecanismos por intermédio dos

quais uma família se torna pluriativa e o modo como ela exerce essa pluriatividade. Por oportuno, no contexto da amostra pesquisada, esse é o objetivo deste Artigo.

## 4. Metodologia

### 4.1 Elementos Essenciais e Indicadores

Foram consideradas como variáveis relevantes: caracterização da mão-de-obra, perfil das famílias, produção, produtividade e renda. Adiante, essas variáveis serão agrupadas em conjunto de indicadores. Inicialmente, define-se UPA (Unidade de Produção Agropecuária) como o local em que os fatores são combinados para a produção de bens e serviços e ST (Superfície Total da UPA) como a área que engloba as superfícies de produção e de preservação. Por oportuno, conforme observa Fialho (2000), existem vários outros indicadores que podem ser usados para se investigar as características das atividades agrícolas. Um deles, apontando a área efetivamente cultivada, é denominado de SAU (Superfície Agrícola Útil ou Superfície Agrícola Explorada), constituindo-se em único elemento de conjunto rotulado neste trabalho como Indicadores de Área Explorada. Seguindo essa mesma lógica, a seguir consta outro conjunto, resumidamente denotado como Indicadores de Mão-de-Obra:

- UTH (Unidade Trabalho/Homem): quantidade trabalhada por unidade de mão-de-obra. Uma UTH é equivalente a 2400 horas/ano, ou 300 dias/ano, trabalhando 8 horas/dia;
- UTHF (Unidade Trabalho/Homem Familiar): somatório da mão-de-obra familiar (agrícola ou não-agrícola);
- UTHagrT (Unidade Trabalho/Homem Agrícola Total): mensura a mão-de-obra utilizada nas atividades agrícolas (familiar ou contratada);
- UTHagrF (Unidade Trabalho/Homem Agrícola Familiar): aponta a mão-de-obra familiar utilizada na agricultura;

- UTHagrC (Unidade Trabalho/Homem Agrícola Contratada): indica a mão-de-obra contratada utilizada na propriedade;
- UTHÑagrF (Unidade Trabalho/Homem não-agrícola familiar): estima a mão-de-obra familiar utilizada em atividades não-agrícolas;
- UTHaposT (Unidade Trabalho/Homem Aposentado Total): quantifica a mão-de-obra familiar oriunda de aposentadoria.
- A desagregação das variáveis: UTHF, UTHagrT e UTH, útil em análises ulteriores deste trabalho, pode ser realizada por intermédio das seguintes identidades:

$$\begin{aligned} \text{UTHagrF} + \text{UTHÑagrF} &= \text{UTHF} \quad (1), \\ \text{UTHagrF} + \text{UTHagrC} &= \text{UTHagrT} \quad (2) \\ \text{UTHagrF} + \text{UTHÑagrF} + \text{UTHagrC} &= \text{UTH} \quad (3). \end{aligned}$$

Em adição, com vistas ao cômputo de outros indicadores, definem-se:

- VA (Valor agregado): valor adicionado pela UPA durante o ano;
- PB (Produto Bruto): valor final dos produtos e serviços gerados pela UPA durante o ano;
- CI (Consumo Intermediário): valor dos insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos, destinados ao processo de produção e que agregam valor ao produto final;
- RA (Renda Agrícola): parte do VA que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e/ou ampliar o patrimônio;
- RNA (Renda não-Agrícola): recursos financeiros que provém de atividades não-agrícolas;
- RAÑA (Renda de Atividade Não-Agrícola): valor monetário gerado em atividades não-agrícolas e recebido por um ou mais membros da família residente na propriedade;
- RAPOS (Renda de Aposentadoria): montante que tem origem na aposentadoria;

- AL (Aluguéis): recursos oriundos de aluguéis;
- RT (Renda Total): soma da renda agrícola com a não-agrícola;
- D (Depreciação): fração do valor correspondente ao desgaste dos bens insertos no processo produtivo durante o ano.

Após isso, com recorrência às categorias abordadas, o valor da depreciação pode ser mensurado com a adoção da seguinte fórmula:  $D = \text{Valor Avaliado}/\text{Vida Útil Restante}$  (4). Para o cálculo do PB recorre-se à fórmula  $PB = \sum(QPVi * PrVi)$  (5), onde  $QPVi$  indica a quantidade vendida e  $PrVi$ , o preço de venda do produto “i”. Uma variável adicional, o Valor Agregado Líquido (VAL) pode ter seu valor computado através da identidade:  $VAL = PB - CI - D$  (6).

A renda agrícola é constituída pela parte restante do valor agregado líquido:  $RA = VAL - S - I - J - AR$  (7), onde: S: despesas com salários, I: despesas com impostos, J: despesas com juros e AR: despesas com arrendamentos. Para se determinar a renda não-agrícola e a renda total, usa-se:  $RNA = RA\tilde{N}A + RAPOS + AL$  (8). Destarte, a renda total automaticamente divide-se em duas partes:  $RT = RA + RNA$  (9).

Ademais, as pessoas com idade inferior a 10 anos não foram consideradas como UTH: a partir dos 10 anos utilizou-se a seguinte tabela de conversão (Lima *et al*, 1995, *apud* Fialho (2000): 10 a 13 anos: 50% de uma UTH, 14 a 17 anos: 65% de uma UTH, 18 a 59 anos: 100% de uma UTH e acima de 60 anos: 75% de uma UTH. Sobre esse assunto, Fialho (2000) considera que as pessoas que apresentam algum tipo de impossibilidade por doença ou idade avançada não devem ser computadas como mão-de-obra. Em seu estudo, as UTH's foram separadas, contemplando a pessoa que dedica parte do seu tempo à atividade agrícola e a outra em atividade não agrícola da seguinte forma:  $UTHagrF = 50\%$ ,  $UTH\tilde{N}agr = 50\%$ , redundando, por lógico, em  $UTHF = 100\%$ . Em seqüência, foram utilizados conjunto de Indicadores da Produtividade do Trabalho e da Terra. Os elementos desse conjunto são:

- SAU/UTHagrT: Superfície Agrícola Explorada por Trabalhador Agrícola;
- SAU/UTHagrF: Superfície Agrícola Explorada por Trabalhador



Agrícola Familiar;

- VAL/SAU: Produtividade Física;
- VAL/UTH: Produtividade de Trabalho;
- VAL/UTHagrT: Produtividade do Trabalho Agrícola;
- VAL/UTHagrF: Produtividade do Trabalho Agrícola Familiar.
- Rotulado como Indicadores de Renda, menciona-se a seguir conjunto adicional de estatísticas:
- RT/UTH: Renda da mão-de-obra disponível no estabelecimento;
- RT/UTHF: Renda da mão-de-obra familiar;
- RT/SAU: Renda total da Superfície Agrícola Útil;
- RA/UTHagrT: Renda da mão-de-obra Agrícola;
- RA/UTHagrF: Renda da mão-de-obra agrícola familiar;
- RA/SAU: Renda Agrícola da Superfície Agrícola Útil;
- RAÑA/UTHÑagrF: Renda da mão-de-obra Não-agrícola Familiar;
- RAPOS/UTHaposT: Renda da mão-de-obra Aposentada;

Por fim, tem-se conjunto denominado de Indicadores de Composição da Renda:

- $(RA/RT)*100$ : Participação da Renda Agrícola na Renda Total;
- $(RNA/RT)*100$ : Participação das Rendas Não-agrícolas na Renda Total;
- $(RAÑA/RT)*100$ : Participação das Rendas de Atividades Não-agrícolas na Renda Total;
- $(RAPOS/RT)*100$ : Participação das Rendas de Aposentadoria na Renda Total;
- $(AL/RT)*100$ : Participação das rendas de aluguéis na Renda Total.

É imediato se deduzir que, considerando-se as percentagens desse último conjunto de indicadores, em consequência, verifica-se a identidade:

- $(RAÑA/RT) + (RAPOS/RT) + (AL/RT) = (RNA/RT)$  e  $(RA/RT) + (RNA/RT) = 100\%$ .

## 4.2 A Pesquisa de Campo

Inicialmente, através de amostragem aleatória foram selecionadas vinte unidades produtivas, situadas na Comunidade Carrijo (Município de Poconé-MT), onde se aplicou questionário para se identificar a principal atividade e o tamanho da área cultivada, a mão-de-obra familiar, o número de residentes, o número de trabalhadores ativos, contemplando: sexo, idade, tipo de atividade, carga horária, remuneração, mão-de-obra contratada e aposentada, além de outras despesas/receitas, como alugueis, arrendamento, juros, impostos, e por fim, as variáveis: quantidade produzida, preço de venda do produto, consumo interno e insumos (especificação, custo por ano e finalidade). Cabe ressaltar que, para a sistematização dos dados foi utilizada a planilha do “Microsoft Excel”, assim como para o cálculo dos indicadores e de suas respectivas médias. Em seguida, são feitas as discussões dos resultados.

## 5. Discussão dos Resultados

A partir dos dados obtidos na pesquisa de campo foi possível identificar as principais características e indicadores socioeconômicos da Comunidade Carrijo, como a mão-de-obra familiar agrícola ou não-agrícola, assim como, em alguns casos, a necessidade de mão-de-obra contratada, a produtividade da terra e do trabalho, a renda disponível por estabelecimento, a participação das rendas: agrícola, não-agrícola e de aposentadoria na renda total, dentre outros, os quais, por conjunto de indicadores, estão anotados na Tabela 1.

**Tabela 1- Principais Características e Indicadores Socioeconômicos (Poconé- MT): Comunidade Carrijo**

Indicadores	Amplitude	Média
a) Área Explorada		
SAU (há)	3,00 a 17,00	9,48
b) Mão-de-Obra		
UTH	1,00 a 6,27	2,80
UTHF	1,00 a 5,83	2,65
UTHagrT	1,00 a 5,44	2,75
UTHagrF	1,00 a 5,00	2,60
UTHÑagrF	0,00 a 0,83	0,06
UTHagrC	0,00 a 1,00	0,15
UTHaposT	0,00 a 1,50	0,19
c) Produtividade do Trabalho e da Terra		
SAU/UTHagrT	0,97 a 16,00	4,34
SAL/UTHagrF (ha)	1,09 a 16,00	4,67
VAL/SAL (RS)	-257,33 a 805,83	314,38
VAL/UTH (RS)	-492,24 a 8310,40	1492,51
VAL/UTHagrTotal (RS)	-567,65 a 8310,40	1492,57
VAL/UTHagrF (RS)	-617,60 a 10388,00	1633,85
d) Renda		
RT/UTH (RS)	428,42 a 10388,00	5022,80
RT/UTHF (RS)	428,42 a 30860,00	5794,76
RT/SAL (RS)	196,13 a 5143,33	1472,46
RA/UTHagrT (RS)	-1093,33 a 7470,40	1265,15
RA/UTHagrF (RS)	-1640,00 a 9338,00	1339,99
RA/SAL (RS)	-374,00 a 759,76	243,40
RAÑA/UTHÑagr (RS)	0,00 a 32760,00	1848,00
RAPOS/UTHaposT (RS)	0,00 a 6586,67	1239,33
e) Composição da Renda Total		
RA/RT (%)	-19,67 a 100,00	29,47
RNA/RT (%)	0,00 a 119,67	70,53
RAÑA/RT (%)	0,00 a 119,67	34,98
RAPOS/RT (%)	0,00 a 83,22	21,94
AL/RT (%)	0,00 a 114,72	13,61

Fonte: Pesquisa de campo, jan 2007.

Inicialmente, observa-se que a SAU média é de 9,48 ha, representando em torno de 59% da superfície explorável (20 ha). Por sua vez, quanto aos Indicadores de Mão-de-Obra, o valor da UTH, isto é, da quantidade trabalhada por unidade de mão-de-obra, é de 2,80. Esse indicador, em média, relembra-se, revela o total de mão-de-obra de cada SAU. Também se nota que  $UTHF = 2,65$ ,  $UTHagrT = 2,75$ ,  $UTHagrF = 2,60$ ,  $UTH\tilde{N}agrF = 0,06$ ,  $UTHagrC = 0,15$  e  $UTHaposT = 0,19$ . Com base nesses valores e considerando as identidades (1), (2) e (3) mencionadas anteriormente, constata-se que, como presumível, a menos de pontuais aproximações, elas se verificam para a amostra investigada. Senão vejamos:

$$2,60(UTHagrF) + 0,60(UTH\tilde{N}agrF) = 2,65 UTHF \quad (1),$$

$$2,60(UTHagrF) + 0,15(UTHagrC) = 2,75(UTHagrT) \quad (2),$$

$$2,60(UTHagrF) + 0,06 (UTH\tilde{N}agrF) + 0,15(UTHagrC) = 2,80 (UTH) \quad (3).$$

Com vistas à análise mais detalhada, os valores dessas identidades, transformados em percentagem, constam na Tabela 2:

**Tabela 2- Indicadores de Unidade de mão-de-obra (Comunidade Carrijo) (%)**

	Identidade 1 (%)	Identidade (2) (%)	Identidade (3) (%)
UTHagrF	97,80	UTHagrF	94,55
UTH\tilde{N}agrF	2,20	UTHagrC	5,45
UTHF	100,00	UTHagrT	100,00
		UTHagrC	5,35
		UTH	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores

Atendo-se à Identidade (1), que revela a composição da mão-de-obra familiar, dividindo-a em agrícola e não-agrícola, observa-se predomínio absoluto da mão-de-obra familiar alocada nas atividades agrícolas, visto que a mão-de-obra familiar não-agrícola ocupa parcela ínfima da mão-de-obra familiar. Por sua vez, a Identidade (2) aponta a composição da mão-de-obra agrícola total, segmentando-a em mão-de-obra familiar e contratada. Nota-se que a primeira, quando comparada com a mão-de-obra contratada, responde pela maioria da mão-de-obra alocada

nas atividades agrícolas. Em resumo: em (1), vê-se que a mão-de-obra familiar dedica-se predominantemente à agricultura, e em (2), que a participação da mão-de-obra contratada na agricultura é extremamente reduzida. Outrossim, como a Identidade (1) contempla tão-somente a mão-de-obra familiar e não a mão-de-obra total, poder-se-ia imaginar que a mão-de-obra familiar ocupa fração pequena da mão-de-obra total. A Identidade (3), entretantes, indica que a mão-de-obra contratada responde por parcela reduzida da mão-de-obra total, com supremacia da mão-de-obra familiar alocada na agricultura. Em resumo, com base nessas três identidades, pode-se deduzir que as unidades investigadas, em predomínio, produzem bens agrícolas com mão-de-obra familiar com participação minoritária da mão-de-obra contratada. Depreende-se, portanto, que a mão-de-obra que se aloca em atividades pluriativas (não-agrícolas) pode ser considerada desprezível. Observa-se, ademais, na Tabela 2, parcela reduzida da mão-de-obra familiar aposentada.

Por seu turno, analisando-se os Indicadores de Produtividade do Trabalho e da Terra, em primeiro lugar, apontando a superfície explorada por trabalhador agrícola, o indicador SAU/UTHagrT revela que cada trabalhador opera 4,34 ha de terra, exibindo baixa disponibilidade de mão-de-obra para o trabalho agrícola, visto que, por exemplo, em Fialho (2000), verificou-se que um trabalhador com idade entre 18 e 59 anos (100% de uma UTH), em média, é responsável por área de 5,7 ha para unidades de produção pluriativas em segmento com participação das rendas não-agrícolas majoritárias. Entretanto, quando se considera apenas a mão-de-obra familiar, isto é, não se levando em apreço o total de mão-de-obra, o indicador SAU/UTHagrF, cujo valor é de 4,67, é superior ao anterior. Adiante nota-se que a produtividade física da terra, ou seja, o valor adicionado líquido por ha, estimado pela relação VAL/SAU, é de R\$ 314,38: bastante inferior à produtividade física do trabalho, mensurada pela relação VAL/UTH, cujo valor é de R\$ 1.492,51, praticamente igual a VAL/UTHagrTotal (R\$ 1.492,57), no entanto, menor que VAL/UTHagrF (R\$ 1.633,85). Desse modo, deduz-se que a produtividade física da terra da mão-de-obra agrícola familiar predomina sobre os indicadores afins, revelando que o rendimento físico

do trabalho agrícola familiar se constitui no suporte do rendimento do processo produtivo da unidade.

Em seqüência, analisam-se os Indicadores de Renda. Estimando a remuneração da mão-de-obra disponível nos estabelecimentos investigados o indicador RT/UTH é igual a R\$ 5.022,80, inferior a RT/UTHF (R\$ 5.794,76), que mostra a remuneração da mão-de-obra familiar disponível nas unidades pesquisadas. Entrementes, considerando-se exclusivamente a renda agrícola e não a renda total, a remuneração da mão-de-obra agrícola total (RA/UTHagrT) decresce para R\$ 1.265,15 e a da mão-de-obra agrícola familiar (RA/UTHagrF) para R\$ 1.339,99. Esses valores menores indicam que a renda não-agrícola desempenha elevada importância no nível de renda das unidades em análise, ratificadas, pelo contraste entre RT/SAU (1.472,46) e RA/SAU (R\$ 243,40) e pelo fato da remuneração da mão-de-obra não-agrícola familiar (RAÑA/UTHÑagr) ser maior que RA/UTHagrF e RA/UTHagrT. Nesse caso, a remuneração da mão-de-obra aposentada complementa a renda dos trabalhadores visto que RAPOS/UTHaposT é igual a R\$ 1.239,33. Por fim, os Indicadores de Composição da Renda Total ratificam que a renda não-agrícola exerce não apenas importância elevada, mas, dominante, no nível de renda das unidades produtivas, posto que a participação (70,53%) da renda não-agrícola (RNA/RT) é substancialmente maior que a participação (29,47%) da renda agrícola na renda total (RA/RT). Por lógico, medidos em percentagem, verifica-se que:

$(RA/RT) (29,47\%) + (RNA/RT)(70,53\%) = 100\%$ , pois  $RNA + RA = RT$ . Por outro lado, a renda não-agrícola, conforme visto, tem como principais elementos: o montante de recursos (com exceção de aposentadoria e aluguéis) recebidos pelos membros da família (denotado por RAÑA), a renda de aposentadoria (RAPOS) e a renda de aluguéis (AL). Dessa maneira, a relação (RAÑA/RAPOS) é igual a 34,98%, a participação da renda da aposentadoria na renda total (RAPOS/RT): 21,94%, enquanto a participação da renda de aluguéis na renda total (AL/RT) é de 13,61%. Por óbvio, a soma entre (RAÑA/RT), (RAPOS/RT) e (AL/RT) é igual a (RNA/RT), pois, como visto:  $RAÑA + RAPOS + AL = RNA$ . Com base nos percentuais acima, verifica-se que:

$(RA\tilde{N}A/RT)(34,98\%)+(RAPOS/RT)(21,98\%)+(AL/RT)(13,61\%)=(RNA/RT)(70,53\%)$ .

Em síntese, atuando como importantes complementos da renda da unidade produtiva, em conjunto, esses indicadores mostram que a renda não-agrícola responde pela maior parte da renda da unidade produtiva.

Resumindo-se as principais inferências: voltadas majoritariamente para a produção de bens agrícolas, averigua-se que as unidades investigadas ostentam baixa disponibilidade de mão-de-obra para o trabalho agrícola e a mão-de-obra aloca-se principalmente na produção de bens agrícolas. Ademais, presencia-se participação dominante de mão-de-obra familiar e minoritária da mão-de-obra contratada. Em termos de rendimento físico, tem-se predomínio da produtividade da mão-de-obra agrícola familiar: destarte, essa categoria é a principal responsável pelo rendimento físico da unidade. Se, porém, se analisam indicadores apropriados, depreende-se que a renda não-agrícola desempenha importância majoritária no nível e na composição da renda total, ou seja, as atividades agrícolas não se constituem no principal suporte de renda das unidades pesquisadas.

Após o abordado, na próxima parte, constam as considerações finais.

## **6. Comentários Finais**

Estudos acerca da agricultura familiar em situações de pluriatividade são recentes, haja vista que nos últimos anos ocorreram diversas mudanças no espaço rural do Brasil, dentre elas, a prática de atividades não-agrícolas desenvolvidas dentro ou fora do domicílio rural, para complementar a renda e garantir a reprodução socioeconômica das unidades familiares. Como elementos fundamentais da agricultura familiar e da sua estrutura produtiva: a família, a terra e o trabalho impõem caráter econômico e social que implicam em grande diversidade social, de forma que a agricultura familiar deve ser entendida em perspectiva analítica una. Nesse sentido, considerando-se os diversos elementos socioeconômicos que a compõem, nos trabalhos em que ela

seja o elemento central de análise, deve-se contemplar, em particular, sua dinâmica e suas contradições.

Sob essa lógica, este trabalho teve como objetivo identificar a importância da pluriatividade como mecanismo estratégico de reprodução socioeconômica praticada pelos agricultores familiares na Comunidade Carrijo, localizada no Município de Poconé-MT. Nesse sentido, investigou-se a participação das rendas de atividades agrícolas e não-agrícolas na composição da renda dessas famílias e, dentre outros resultados, verificou-se que as atividades pluriativas são praticadas pela menor parte das unidades investigadas. Para se fazer essas deduções, foram analisadas variáveis como a mão-de-obra familiar, produção, produtividade da renda e do trabalho, renda e composição da renda.

A partir dos dados levantados verificou-se que nas unidades familiares a participação da renda agrícola na composição da renda total é de 29,47% e a das rendas não-agrícolas (renda de aluguéis, de aposentadorias e de atividades não-agrícolas), de 70,53%. Em relação à mão-de-obra das unidades pesquisadas constatou-se que a mão-de-obra familiar é predominante, a mão-de-obra contratada é minoritária e a mão-de-obra alocada em atividades pluriativas (não-agrícolas) pode ser considerada desprezível. Desse modo, pressupõe-se que o rendimento físico da unidade é explicado majoritariamente pela produtividade da mão-de-obra agrícola familiar. Em outras palavras: as unidades exibem baixa disponibilidade de mão-de-obra para o trabalho agrícola, o que dificulta e restringe o processo de produção. Entrementes, apesar da produtividade da mão-de-obra agrícola familiar ser a principal responsável pelo rendimento físico da unidade, notou-se que as rendas não-agrícolas desempenham importante e estratégico papel no nível e na composição da renda total das unidades, de forma que elas complementam e garantem a sobrevivência das famílias estudadas.

Destarte, a possibilidade de desintegração da pequena propriedade existe, porém, deve-se considerar que a busca de alternativas complementares, como as rendas provindas de atividades não-agrícolas, além da utilização do trabalho externo, não torna a agricultura familiar necessariamente capitalista no sentido clássico, pois o pequeno produ-



tor opera com trabalho assalariado e se mantém na maioria dos casos com sua própria força produtiva.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo (1992). **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo. Hucitec.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. (1999) **PLURIATIVIDADE: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?** In TEDESCO, João Carlos; (org.) *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 2. ed. EDIUPF, Passo Fundo.

CHAYANOV, Alexander (1994). **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.

FIALHO, Marco Antônio Verardi (2000). **Agricultura Familiar e as Rendas Não-Agrícolas na Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo de caso dos Municípios de Dois Irmãos e Ivoti-RS**. 2000, 102 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Faculdade de Ciências Econômicas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Porto Alegre.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. (2000) (coord.). **Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO: Novo Retrato da Agricultura Familiar - O Brasil Redescoberto**. Brasília, Fevereiro.

KAUTSKY, Karl (1980). **A Questão Agrária**. São Paulo, Abril Cultural.

LÊNIN, Vladimir I (1981). **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo, Abril Cultural.

SCHNEIDER, Sérgio (2001). **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil**. Rio de Janeiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 16, p. 164-184.

\_\_\_\_\_. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar** (2003). Porto Alegre: Editora UFRGS.

\_\_\_\_\_. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade** (2003). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: v. 18, n. 51, p. 99-121.

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (BRA-

TEPICHT, J. *Marxisme et Agriculture: Le Paysans Polonais* (1973). Paris: Librairie Armand Colin.

WANDERLEY, Maria Nazareth B (1999). *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. In: TEDESCO, João Carlos; (org.) *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 2 ed. EDIUPF, Passo Fundo.